

Aquí, em lugar da obrigação do rico perante Deus, estipulada pela Igreja, aparece a obrigação perante a sociedade. Enquanto, outrora, os Santos Padres exortavam em nome de Deus a usar da abundância para presentear a miséria, exige-se agora, em nome do Bem-Estar comum, a fixação dum "maximum" de fortuna permitida, "além do qual intervém a sociedade" para que ninguém se torne rico demais e ninguém pobre demais. Impostos progressivos têm de canalizar, para instituições de utilidade pública, "o escoamento natural do excesso". Leis agrárias têm de fixar a extensão licita máxima dos bens de raiz particulares e de assim proporcionar ~~so~~ aos pobres privados de terra.

Que, entretanto, a propriedade, em si, se havia tornado "um fato social geral" e que, por conseguinte devia ser respeitada, disso estão mesmo convictos durante a Revolução, os niveladores mais radicais. Num panfleto dirigido contra as desigualdades materiais, Brissot de Warville diz: "Não quero pretender que se deva autorizar o roubo e cessar de observar as leis relativas à propriedade dos cidadãos — sem dúvida alguma, aquele que lidou, tem de gozar dos frutos de seu trabalho, pois, sem conceder êsse favor ao trabalho, não haveria mercadorias, riquezas nem comércio."

Essa incerteza e essa política de meias medidas, inerentes a tôdas as tentativas econômicas de igualdade durante a época revolucionária são a expressão viva da contradição que domina a todos os espíritos.

As duas palavras "meu" e "teu" de cuja desapareição no mundo o poeta flamengo do século XIII, Jacob van Maerlandt, já esperara o fim de toda miséria, continuam, desta vez ainda, a fazer parte do vocabulário da humanidade.

O único homem livre de compromissos que se empenha em realizar a igualdade completa de todos os homens, o coletor das hipotecas, Gracchus Babeuf, chega tarde de mais, com sua ação. Sua "conspiração dos iguais" rebenta num momento em que as forças da velha ordem das desigualdades já se haviam reanimado e quando a França já não era governada por uma convenção jacobina e sim por um Diretório cuidadoso de ordem e de paz.

Babeuf tenciona suprimir para sempre tôdas as diferenças de fortuna, recorrendo a poderes ditatoriais. Qualquer patrimônio do Estado e dos cidadãos terá de ser entregue a um grande Fundo Social. No futuro, todo o povo deverá receber dos armazéns e dos depósitos comuns a ração que lhe compete dos bens indispensáveis à vida — comida, habitação, utensílios domésticos e vestuário, duma forma e duma cor estritamente prescritas —. Ao Estado competirá sua partilha e distribuição. Refeições públicas, como em Creta e em Lacedemônia representarão a expressão concreta da nova ordem de coisas. Assim se alcançaria êsse "verdadeiro escopo do legislador", que consiste em "abolir a desigualdade".

Uma conspiração extraordinariamente ramificada serve a êsse fim. Os agitadores de Babeuf trabalham ocultamente entre os pobres e os descontentes de Paris. Dezessete mil homens peritos no manejo das armas estão prontos, para, ao toque de rebate dos sinos, ocupar os edifícios públicos e impedir qualquer resistência.

Por traição, o plano chega ao conhecimento do Diretório. Ainda antes que a revolta estale, Babeuf e seus principais cúmplices são presos. Como John Ball e tantos outros rebeldes contra a fatalidade social da desigualdade, Babeuf também tem de expiar com a morte sua temerária pretensão.